

Economia

AGRONEGÓCIOS

Governo quer mudar financiamento agrícola

Alternativa é taxa móvel atrelada à inflação em crédito de longo prazo

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou nesta quinta-feira que o governo estuda mudar o modelo de financiamento de longo prazo para o agronegócio, com a troca das taxas pré-fixadas, para uma modelo com taxas móveis atreladas à inflação e mais juros, por exemplo. “Existe preocupação por parte dos produtores de que as atuais taxas são elevadas para um padrão de inflação baixa (que possa vir no futuro)”, disse. “A ideia no governo é que consigamos uma escala (...), com inflação mais algum juro condizente, porque nós temos que sinalizar para o futuro”, explicou o ministro, após audiência no Senado, em Brasília (DF).

Segundo ele, a correção dos financiamentos de custeio agrícola não preocupa agricultores e o governo, justamente por causa do curto prazo para o vencimento, ao contrário dos recursos emprestados para investimentos em máquinas, infraestrutura e logística agrícola.

“O custeio não preocupa, porque vence muito rápido. Com taxa de juros hoje de 8,5% a 9% ao ano e inflação de 7%, significa que tem juros reais de 1% a 2%”, afirmou. “Mas (preocupa) para a compra de máquinas, construção de armazéns e todos esses programas, que têm de 10 a 15 anos para pagar. Imagine lá na frente esse produtor devendo 10% ao ano, com inflação de 2%?”, emendou o ministro.

Ministro rejeita cobrança do INSS sobre exportações

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, rejeitou a proposta de cobrar INSS das empresas exportadoras do agronegócio. A proposta é estudada como parte da reforma da Previdência Social que está sendo preparada pelo governo do presidente interino Michel Temer. A ideia de cobrar contribuições à Previdência Social já era discutida durante o governo Dilma Rousseff, e foi abraçada pela equipe econômica do governo interino. O potencial, de acordo com o grupo de trabalho que estuda a reforma previdenciária, é de que a medida possa dobrar a contribuição do setor rural ao INSS, hoje de R\$ 7 bilhões.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO/JC

Blairo Maggi explicou nova proposta em audiência no Senado Federal

Blairo Maggi defendeu também que o governo federal adote um sistema terceirizado de fiscalização sanitária, desde que haja um controle e uma supervisão feitos pelos técnicos federais da área. Para Maggi, a proposta se justifica em razão do crescimento da demanda exportadora do setor agrícola, pecuário e da agroindústria em um cenário de pressão dos importadores para uma maior rigidez sanitária.

“Eu entendo que o País não tem condições de acompanhar, com o (atual) número de fiscais e os concursos públicos, a velocidade do crescimento das ex-

portações, e isso nos leva a uma reflexão de como conseguiremos cumprir nossos acordos internacionais de fiscalização pelo serviço público”, afirmou Maggi. “O ministério está estudando e conversamos com o setor de abrir o espaço sob a responsabilidade do Estado, de ter um serviço terceirizado.”

O ministro afirmou que o serviço terceirizado daria agilidade e rapidez ao processo e procurou tranquilizar os fiscais, que passariam, segundo ele, a ter “um status mais elevado” de coordenação de um processo que já conhecem.

Sindicalistas que participam das discussões sobre a reforma previdenciária também defendem a medida como uma fonte de recursos capaz de amenizar a perda de direitos do conjunto completo dos trabalhadores. As empresas exportadoras do agronegócio são hoje as únicas que têm sua mão de obra isenta, por lei, do pagamento da contribuição do INSS.

“Notícias publicadas ontem dizem que o governo quer mexer nisso. Não sei que área do governo pretende taxar o agronegócio de exportação na alíquota do INSS ou coisa parecida. Não posso concordar com isso, nós não po-

demos concordar”, disse Maggi durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Maggi disse que o governo pretende vender ativos de armazenamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e reduzi-la ao papel de regulador do mercado. “A Conab vai ficar mais na regulação e comprar armazenagem do setor privado, quando precisar”, disse ele.

O ministro defendeu, ainda, a proposta de expandir a permissão para que cidadãos estrangeiros comprem terras no Brasil. Hoje, a compra de terras por estrangeiros é limitada por lei.

Camex aprova a isenção de imposto para importar feijão

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou nesta quinta-feira o pedido do governo de isentar os feijões preto e cariocinha do Imposto de Importação. Dessa forma, espera-se que as redes de varejo busquem o produto fora do País e o preço caia para o consumidor. A suspensão das taxas vai vigorar por 90 dias e vale para compras em todos os países.

Nesta quarta-feira, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, já havia anunciado que encaminharia à Camex um pedido para incluir o feijão na lista de exceções que permite a isenção do Imposto de Importação. A tarifa cobrada sobre a compra da leguminosa no exterior é, usualmente, de 10%. O objetivo do governo é estimular a importação de países do Mercosul, onde o comércio já é livre, e abrir possibilidades para fora do grupo econômico. A ideia é que os supermercados possam recorrer diretamente ao México e à China.

Neste último caso, há o agravante de que o produto demoraria até 60 dias para chegar ao País. Por isso, o objetivo é que os supermercados tentem importar primeiramente de países vizinhos. Maggi disse que, como não é o governo quem compra os produtos e sim as redes de varejo, não é possível estimar em quanto tempo os preços começarão a cair.

A decisão do presidente interino, Michel Temer, de aumentar a importação de feijão, cujo preço no mercado doméstico está disparando, pode ter pouco efeito sobre a inflação geral. Isso porque, ressaltou Paulo Picchetti, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPCS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o produto mais demandado internamente, o tipo carioca,

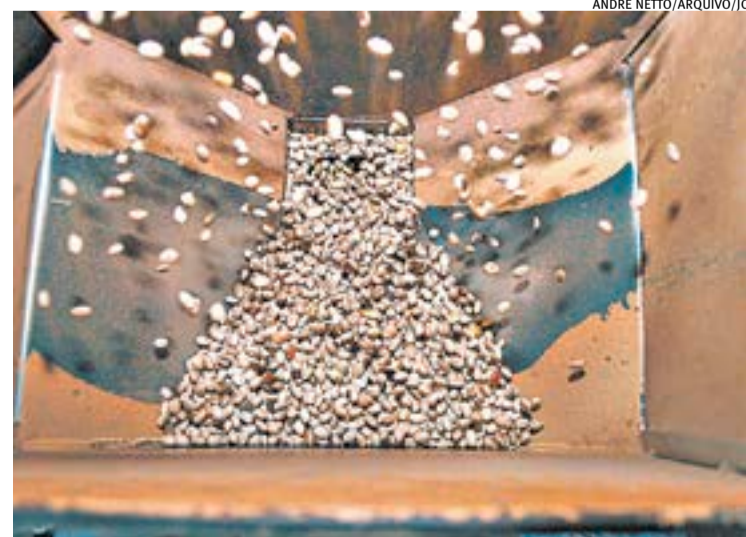
normalmente não é encontrado para importação.

Diante disso, o economista acredita que o abrandamento nos preços pode ser observado apenas em outros tipos de espécies de feijão, mas que têm uma demanda menor em relação ao carioca. “Pode dar um alívio nos demais, mas não exatamente naquele que está subindo mais (carioca)”, disse. Nesse cenário, Picchetti ressaltou que só poderia ocorrer um arrefecimento mais significativo caso o consumidor faça a substituição, trocando o feijão carioca por uma outra espécie com valor mais em conta. “Claro que alivia, mas só se deixar de comprar o que tem preço mais elevado”, reforçou.

No IPCS da terceira quadrimestre - últimos 30 dias terminados no dia 22 -, a variação do feijão carioca foi positiva em 29,26%, enquanto a do feijão preto atingiu 6,08%. A despeito dessa pressão, o IPCS desacelerou para 0,33% na terceira leitura (ante 0,45%), especialmente por causa do grupo Alimentação (de 0,29% para 0,07%). A ajuda, segundo a FGV, veio do segmento de hortaliças e legumes, que apresentou deflação de 7,64% no período, após recuo de 4,30% na segunda leitura.

Já no âmbito do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o feijão mulatinho ficou 9,85% no IPCA de maio, acumulando, só neste ano até o quinto mês, alta de 37,44%. O tipo carioca, que teve variação de 7,61% em maio, acumula inflação de 41,62% em 2016.

Devido à oferta menor em razão de problemas de safra, o preço do produto tende a avançar ainda mais, segundo analistas. Já no IPCA-15 de junho, o feijão carioca ficou 16,38% mais caro.



ANDRÉ NETTO/ARQUIVO/JC

Suspensão das taxas para comprar o produto vigora por 90 dias